

Exma. Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,

Como é sabido, a ANCC- Associação Nacional dos Cuidados Continuados é uma associação que se dedica em exclusivo a representar entidades privadas (com e sem fins lucrativos sob as mais diversas formas jurídicas) que detêm Unidades de Cuidados Continuados.

No entanto, a larga maioria das nossas associadas são, também, detentoras de diversas Respostas Sociais nas áreas da infância, deficiência e idosos. Esta é a razão também pela qual o nosso conhecimento sobre as diversas Respostas Sociais é elevado e estamos em crer que temos bons contributos para dar.

Nesse sentido, gostaríamos de, neste e-mail, dar algumas sugestões que esperamos acolham a melhor atenção e sejam alvo de reflexão por parte de V. Excelência.

Assim:

1. Abertura de Respostas Sociais durante o mês de Agosto

Como é sabido, o facto de diversas Respostas Sociais estarem encerradas acarreta, naturalmente, dificuldades aos utentes e famílias, pelo que, dependendo obviamente da evolução da pandemia, seria bom que estas respostas pudessem voltar ao seu normal funcionamento durante o mês de Junho ou, o mais tardar, em Julho.

No entanto, e como V. Ex^a. sabe, estruturas tais como Creches, Centros de Dia e Centros de Actividades Ocupacionais (CAO), são por norma Respostas Sociais que encerram durante o mês de Agosto (com excepção de alguns CAO que funcionam junto com Lares).

A nossa sugestão é que estas respostas possam abrir durante o mês de Agosto como forma de dar apoio às crianças, jovens e adultos (onde se incluem os idosos) que estão nesta fase sem apoio ou com apoio mínimo e, em simultâneo, facilitar a vida a muitas famílias que certamente terão diversos assuntos para tratar das suas vidas pessoais, nomeadamente devido a perdas de rendimento e/ou mesmo do emprego, entre outras situações.

A ANCC tem dado essas indicações às suas associadas – para que abram em Agosto e que não cobrem qualquer valor extra às famílias, até porque todos sabemos as dificuldades que existem com os pagamentos das mensalidades (mesmo com os mais diversos descontos) e cuja situação não é fácil nem para as Instituições, nem para as famílias, devido ao necessário equilíbrio financeiro e à sustentabilidade.

As nossas indicações às associadas passam ainda pela estratégia de dar alguns dias de férias a pessoal não essencial (como sejam alguns técnicos: Terapeutas da Fala e Ocupacionais, Fisioterapeutas, Psicólogos, Psicomotricidade, Animadores Sócio-Culturais, entre outros) de forma a estarem disponíveis para trabalhar em Agosto. Isto porque, a quase totalidade dos auxiliares está a ser aproveitada precisamente em Lares e Cuidados Continuados. Os sacrifícios têm, na medida do possível, de ser distribuídos por todos, e estes profissionais entendem esta necessidade.

2. Necessidade de rever profundamente o papel das Unidades de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) e dos Lares de idosos (ERPI)

Na nossa opinião (precisamente porque sentimos isso no dia-a-dia), nos últimos anos, as UCCI foram transformadas numa espécie de hospitais baratos e as ERPI transformadas em UCCI de “2ª categoria”.

Ou seja, doentes que deveriam estar em hospitais são enviados para UCCI, e doentes que deveriam estar em UCCI são enviados para ERPI. Quer as UCCI quer as ERPI, estão altamente subfinanciadas há vários anos e à beira da ruptura financeira.

É fundamental que se reveja o papel das UCCI e das ERPI, se defina muito bem o perfil de doente/utente de cada tipologia, o quadro de pessoal (REAL) necessário para o bom funcionamento de cada estrutura e, conseqüentemente, que seja pago o justo valor para a sustentabilidade financeira destas estruturas.

De salientar que, e pelo menos é essa a nossa postura, apenas defendemos o pagamento do justo valor para a sustentabilidade financeira, pois quem trabalha neste sector (mais de 90%), não tem fins lucrativos e a sua missão é de carácter social, não de fazer negócio com a saúde e com o apoio social. Os doentes/utentes merecem ter qualidade nos cuidados e apoios que lhes são prestados.

A ANCC já fez diversas propostas para melhorar esta situação, nomeadamente sugerindo que se crie, por exemplo, uma 5ª tipologia de Cuidados Continuados, e que designamos de “Muito Longa Duração”, para, precisamente, poder colocar muitos utentes que estão em ERPI mas que necessitam de acompanhamento médico e de enfermagem mais permanente.

Quer a RNCCI quer a rede de ERPI, poderiam contribuir substancialmente para diminuir custos a nível hospitalar, libertando entre 10 a 20% das camas hospitalares existentes. Com grande probabilidade que, no Orçamento de Estado, a despesa, a qual todos sabemos é de longe bastante mais elevada, não aumentaria pois com a poupança a nível hospitalar, seria suficiente para fazer face às despesas com UCCI e ERPI.

Sugerimos ainda que possam existir UCCI a receber doentes hospitalares que necessitem de mais cuidados (do que o critério actual de referência existente) como forma de libertar essas camas hospitalares. Naturalmente, reforçamos que isso só será possível com um quadro de pessoal e condições materiais mais exigentes mas igualmente com a necessária contrapartida financeira.

3. É necessário dotar o país de mais equipamentos sociais e de saúde

É importante, sob todos os pontos de vista, inclusive da retoma da economia e da criação de emprego, que se inicie a construção de mais equipamentos sociais e de saúde, nomeadamente Creches, Centros de Dia, ERPI, Centros de Actividades Ocupacionais, Lares para pessoas com deficiência e ainda mais Unidades de Cuidados Continuados Integrados.

Há mais de 10 anos que não há qualquer investimento (com o apoio de verbas a fundo perdido) na criação de novos equipamentos sociais/saúde. O último foi em 2009 com verbas de fundos comunitários (POPH) e apenas na Região de LVT para a área da deficiência. Muitas famílias desesperam por conseguir uma vaga numa qualquer destas respostas que referimos, seja para crianças (e o país precisa tanto de apoiar a natalidade), jovens ou adultos com deficiência ou idosos.

O Programa PARES foi lançado recentemente e há candidaturas para Creches a serem avaliadas neste momento. Seria importante lançar com urgência a abertura de candidaturas ao programa PARES para novas Respostas Sociais e também que o programa PARES pudesse financiar investimento em Cuidados Continuados (não contemplados no actual programa PARES).

Seria importante também que, o programa PARES pudesse financiar (que não está contemplado) equipamentos sociais (que infelizmente são muito poucos) construídos por Instituições (que fizeram um enorme esforço nesse sentido) e cujas obras já estejam terminadas e/ou com licença a levantar nas respectivas Câmaras Municipais, e que, fruto desta pandemia, possam ficar prejudicadas numa futura abertura de candidaturas (uma vez que, caso não tivesse havido pandemia, seria elegíveis nas candidaturas e devido à pandemia deixam assim de ser).

4. Revisão legislativa e revisão dos valores pagos pela Segurança Social nas diversas Respostas Sociais

Existe legislação, neste sector, que não é revista há décadas e que está completamente obsoleta e desajustada face à realidade. Em muitos casos, não faz qualquer sentido e prejudica todos os envolvidos: Estado, Instituições e utentes. Os exemplos são muitos e não cabem aqui mas teremos todo o gosto em numerá-los pessoalmente e apresentando documento escrito.

Quanto aos valores, ainda há poucos dias foi publicada a Portaria que actualiza em 3,5% as comparticipações da Segurança Social para as diferentes Respostas Sociais. Este valor é insuficiente e não cobre os diversos aumentos do Salário Mínimo Nacional ocorridos nos últimos 6 anos (além de outros aumentos diversos tais como 2,7% na TSU). Todos os anos é feito um aumento que fica sempre aquém das necessidades e é feito em percentagem igual para todas as Respostas Sociais.

Ora isto não faz qualquer sentido. Existem Respostas Sociais que são altamente deficitárias sendo o exemplo mais flagrante o de ERPI. Um aumento de 3,5% em ERPI é menos de metade do valor do aumento em Lar para pessoas com Deficiência. É certo que dá mais trabalho, mas é algo que tem de ser feito – aumentar em valor, Resposta Social por Resposta Social, de forma a que os aumentos sejam: justos, proporcionais, equitativos e que resolvam o crónico problema de sustentabilidade financeira do Sector Social.

Exma. Senhora Ministra,

Há quase 3 anos (desde Julho de 2017) que tentamos, sucessivamente, ser recebidos pelo Governo, nomeadamente pelo detentor do cargo de Ministro(a) do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o que até à data nunca aconteceu.

Insistimos mais uma vez, na importância de sermos recebidos pois estamos certos de que temos excelentes contributos a dar para o Sector Social e da Saúde, nomeadamente contributos relativamente às temáticas acima referidas.

Gratos desde já pela a atenção dispensada.

Cumprimentos,

José Bourdain

Presidente da Direcção



ANCC - Associação Nacional dos Cuidados Continuados

Rua dos Recreios Desportivos de Algueirão, nº 9

2725-117 Algueirão – Mem Martins

Contactos: 219 225 808